

TEMAS ATUAIS EM PSICOLOGIA SOCIAL



Pedrinho A. Guareschi

Universidade Federal Rio Grande do Sul – Rio Grande do Sul - Brasil



Queria traçar com vocês um caminho bem prático e bem realista. Provocar uma discussão sobre o mundo em que vivemos, em termos bem amplos, e o mundo em que vivemos em termos de academia. Tenho a impressão que escondemos com tantas vestimentas o "bebê" da realidade, que não conseguimos mais vê-lo em sua essência, em sua mais íntima e profunda concretude. É preciso começar a "desvelá-lo", a tirar os véus que o cobrem. Dou-me conta, subitamente, de que não é outro o sentido de *verdade* no significado etimológico grego desse termo: *a-létheia*, isto é, des-velamento, não é nada mais do que esse mesmo processo a que me proponho nessa tarefa que me solicitaram, examinar questões atuais da Psicologia Social. Escolho quatro pontos que julgo relevantes e urgentes:

1. A psicologia numa sociedade midiada e numa cultura midiada: como lidar com a subjetividade em tal ambiente?
2. A psicologia e o resgate do humano: o que permanece de especificamente "psíquico" diante do avanço das ciências neurológicas, genéticas e biológicas em geral?
3. A questão da ideologia e da ética: que tem a psicologia a dizer diante da questão dos "valores"?
4. A psicologia e a questão da pesquisa: não seria a pesquisa também um "saber-conhecimento"?

1. A psicologia numa sociedade midiada e numa cultura midiada: como lidar com a subjetividade em tal ambiente?

Não há como negar que vivemos realidades surpreendentes e desafiadoras. Não há como segurar o tempo: ele é o maior destruidor de mitos, certezas. Quando pensamos ter agarrado determinada realidade, ela, subitamente, nos foge das mãos. Nesse sentido, nossas

teorizações sempre chegam atrasadas: no momento em que tentamos delinear, dar contornos compreensivos a um fenômeno, esse já mudou, não é mais o mesmo. Infelizmente é nessa tarefa um tanto frustrante que labutam os pesquisadores e estudiosos dos fenômenos. Talvez seja por isso também que muitos se recusam a teorizar, restringem-se apenas a "descrever" fluxos, a pinçar singularidades. Mas apesar dessa sina (ou salvação) histórica, podemos sempre arriscar reflexões e compreensões precárias.

Nesse turbilhão de ondas, quais as que mais se avolumam, as que mais nos provocam, ou amedrontam? Vou ressaltar alguns pontos, dando ênfase especificamente a aspectos que, direta ou indiretamente, têm a ver com a psicologia.

É difícil fugir à constatação de que "mudamos nosso endereço". Essa expressão pode ser tomada ao pé da letra. Fui convidado para uma discussão sobre os momentos cambiantes de nossos dias, que nos provocam e nos deixam perplexos, com um grupo de lideranças em Belo Horizonte. Surpreendentemente, podia-se segmentá-los, numa possível generalização, entre pessoas que tinham acumulado experiências vividas, e jovens que bebiam sofregamente do tempo presente. Como começar a refletir sobre o tema com duas plateias visivelmente contrastantes. Pedi, nem sabia bem por quê, que formassem dois grupos, ao menos, pensava eu, para que pudessem falar entre si e tivessem mais chance de se "entenderem" (Habermas chamaria a isso de "mundos da vida" diferentes). Depois disso tentaria refletir, com eles, as razões dos supostos contrastes. Pedi a eles que me dessem seus "endereço". Ao menos saberia de que "mundo" estavam vindo. Eram 17 do primeiro grupo e 15 do segundo. Qual não foi meu espanto quando vi que os 17 mais vividos tinham-me dado um endereço bem palpável, conferível, isto é, rua, número, bairro, cidade. Mas dos 15 jovens, algo que nem eu esperava, oito me deram seu *email*, seu endereço eletrônico.

Pois essa, se formos refletir mais a fundo, é uma característica bem palpável não apenas de uma época de mudanças, mas de uma mudança de época. Em palavras mais banais e gastas, dizemos que vivemos uma *realidade* diferente. E em parte é. E a *realidade* é nosso suporte ontológico, é o que diz como o mundo é para mim. (Nesse sentido a filosofia ainda nos ajuda, e a filosofia é, por isso, imprescindível, pois quando tentamos negá-la, é somente através dela que podemos fazer isso. Voltarei a isso na segunda parte, ao discutir a comunicação, pois é a uma constatação semelhante que chegam os "filósofos éticos" ao refletir sobre a possibilidade de um novo fundamento para a ética, a "ética do discurso", isto é, a comunicação).

Para justificar a importância da comunicação costumo discutir quatro afirmativas que ajudam a mostrar a força, por um lado, e a abrangência, por outro, da comunicação.

A primeira afirmativa tem a ver com o que dizíamos logo acima: a Comunicação, hoje, constrói a realidade. É difícil definir o que seja *realidade*. E realidade significa o que existe, o que tem valor, o que traz as respostas, o que legitima e dá densidade significativa a nosso cotidiano. Algo passa a existir, hoje, ou deixa de existir, se é, ou não, mediado. Para mostrar o que estou querendo dizer, transcrevo um diálogo tão comum e rotineiro, ouvido com muita frequência em nossas conversas cotidianas. Alguém diz: “Interessante, acabou a greve!” E o interlocutor pergunta: “Por quê?” Então a resposta, esclarecedora, explicativa e convincente: “Não se vê mais nada na TV! Não há mais nada nos jornais!” Pois é a isso que me refiro: alguma realidade, algum fato, nos dias de hoje, existe, ou deixa de existir, se é, ou não, veiculado pelos meios de comunicação. A mídia tem, na contemporaneidade, o poder de instituir o que é, ou não, real, existente.

A segunda afirmativa mostra que a comunicação dá uma conotação valorativa, de que algo é bom e verdadeiro, à realidade existente. As coisas veiculadas pela mídia são boas e verdadeiras, a não ser que seja dito expressamente o contrário. O que está na mídia não é só, então, o existente, mas contém, igualmente, algo de positivo. Isso é transmitido aos ouvintes ou telespectadores, isto é, as pessoas que “aparecem” na mídia são as que “existem” e são “importantes, dignas de respeito”. As pesquisas eleitorais mostram isso com clareza: um candidato que “esteja” na mídia se elege, seja ele de direita ou de esquerda, não importa. Quem está na mídia, “existe”, é confiável, merece nosso voto. Numa sociedade massificada como a nossa, onde nove famílias detêm 90% da mídia e onde apenas alguns conseguem “erguer a cabeça” acima do nivelamento massificante produzido pela comunicação, quem está nos meios... é gente, e gente boa.

A terceira afirmativa vem ampliar a compreensão da primeira: a mídia, hoje, coloca a agenda de discussão. Isto é, ao redor de 82% dos temas e assuntos que são falados no trânsito, no trabalho, em casa, nos encontros sociais etc., são colocados à discussão pela mídia; ela determina, até certo ponto, o que deve ser falado e discutido. Alguém, ao ler essa afirmativa, pode retrucar: “tudo bem, até pode ser verdade que a mídia coloca os assuntos em pauta, mas nós podemos discordar deles, criticá-los, não aceitá-los”. Que bom se assim fosse! Há algo, contudo, que nós não podemos fazer – e aqui está a conseqüência terrível dessa questão: se a mídia decidir que algum assunto, ou algum tema, não deva ser discutido pela população de determinada sociedade, ela tem o poder de excluí-lo da pauta! Uma população inteira fica

impossibilitada de *saber e conhecer* que tal problema, ou tal assunto existe numa sociedade. Essa é a força de quem detém o poder de decidir sobre o conteúdo da pauta. Tal prática pode se dar em muitas outras situações. Se não quero que determinado assunto seja discutido, não o coloco em pauta. Na grande discussão nacional que a mídia tem como tarefa fundamental instituir, como veremos logo adiante, ela tem o poder de selecionar e criar a pauta, podendo incluir apenas temas que lhe interessam e excluir os que podem vir a contestá-la. Quem dos telespectadores ou ouvintes de uma rádio sabe, por exemplo, que os meios de comunicação eletrônicos (rádio e televisão) são um serviço público, por isso não têm dono, mas são concessões temporárias? Mais: quem sabe a data de término da concessão de um determinado meio de comunicação eletrônico? Quem sabe que a comunicação é um direito humano e que todos têm direito a dizer sua palavra, expressar, sua opinião, manifestar seu pensamento, através desses serviços públicos? Essa é uma questão séria.

Finalmente, a quarta afirmativa, extremamente central à Psicologia Social e tem a ver com a questão da subjetividade, tema que vocês me solicitaram. Pode-se dizer que o ser humano se constrói a partir das relações que ele vai estabelecendo no espaço de sua existência. Somos, como dizia Marx (1989) em sua 6ª. tese sobre Feuerbach, "a soma total de nossas relações". Pois nos dias de hoje, ao menos a partir dos últimos 30 anos, pode-se dizer que *existe um novo personagem dentro de casa*, que está presente em nossas vidas e com quem nós mais estamos em contato. A média de horas diárias que o brasileiro fica diante da TV é de 3,9. Em algumas vilas periféricas que pesquisamos, a média chega a 6 horas e para as crianças, que os pais têm medo de deixar na rua, chega a 9 horas diárias. Pois é com esse personagem que nós passamos, hoje, a nos relacionar e que, queiramos ou não, tem a ver com a constituição e construção de nossa subjetividade. Examinemos as características de tal personagem: ele é o único, praticamente, que fala; estabelece com os interlocutores uma comunicação vertical, de cima para baixo; não faz perguntas, apenas dá respostas etc. Já imaginaram o poder de tal personagem? Ao falar de subjetividade, numa sociedade midiada como a nossa, é impossível não levar em conta as relações que estabelecemos com os meios de comunicação. Num livro que publicamos (GUARESCHI, 2012), no capítulo sobre comunicação, desenvolvemos melhor essa relação entre mídia e subjetividade.

2. A psicologia e o resgate do humano: o que permanece de especificamente “psíquico” diante do avanço das ciências neurológicas, genéticas e biológicas em geral?

Como surgiu a Psicologia como “ciência”? Retomo aqui a discussão que organizei num trabalho anterior (GUARESCHI, 2007), em que mostro com mais detalhes os pressupostos presentes nas origens da Psicologia (Social) como “ciência”. Como veremos, a grande “surpresa” dos cientistas modernos (empiristas ingleses, positivistas franceses) foi “descoberta” da existência de leis subjacentes à realidade cósmica que regulavam e governavam esse mundo. A ciência passou a ser nada mais que a identificação dessas leis implícitas, subjacentes e ocultas. O segundo passo, dado por Comte, Durkheim e outros sociólogos, foi mostrar que a sociedade também era regulada por leis subjacentes; o social era uma “coisa”, como qualquer outra, e a sociedade era um sistema fechado, governado por leis determinantes e determinadas. Wundt, para os que o aceitam como o fundador da psicologia, não fez nada mais que dar o terceiro passo dentro dos pressupostos da modernidade: se o mundo é regido por leis constantes e determinadas; se assim acontece também com a sociedade; nada mais conseqüente e lógico do que afirmar que o ser humano deve também ser compreendido e investigado como uma simples máquina regulada por leis fixas e absolutas. Vamos colocá-lo dentro de um laboratório e descobrir suas leis implícitas. A questão toda resumiu, a partir daí, em fazer experimentos para descobrir tais leis. E esses experimentos estão sendo feitos, por muitos, até hoje!

Devemos a Robert Farr (1998), e a seus 25 anos de pesquisa ininterrupta, honesta e escrupulosa, o esclarecimento e a crítica mais aprimorada e metódica sobre as origens de nossa Psicologia Social. Principalmente em seu capítulo 2 (p.37-59), ele nos mostra como essa ideia parcial de ciência (experimental) tomou conta da psicologia como um todo, de tal modo que, na sua expressão, para os experimentalistas, “a pele forma o limite de estudo” (FARR, 1998, p. 41).

Essa concepção de psicologia como uma ciência experimental, passou, automaticamente, para a Psicologia Social. A Psicologia “científica”, isto é, fisiológica e materialista, se desenvolveu à base de experimentos; mas experimentos “fisiológicos”, materiais, biológicos, comportamentais, que não iam além da pele. A Psicologia Social, como a Psicologia *tout court*, passou a fazer parte das *Naturwissenschaften*. Como diz Farr (1998, p. 59), “a herança de Wundt foi uma psicologia experimental que não era social”. Mas, “se a psicologia se tornou por primeiro uma ciência experimental na Alemanha, foi a Psicologia Social que se tornou depois uma ciência experimental nos Estados Unidos”.

Watson e seus seguidores fizeram uma cruzada sistemática com o objetivo de livrar a psicologia de toda referência à consciência, à mente ou ao self. Para eles, só valia o

observável, o externo, o material. O próprio Watson afirmava que a introspecção deveria ser banida da psicologia. Para quem lê o Manifesto Behaviorista, coordenado por Watson, fica evidente essa “materialização” do psicológico, pressuposto do materialismo cientificista de que estamos falando.

Descartes, para se livrar do psíquico (imaterial, simbólico, representacional), cindiu o ser humano ao meio: a ciência se ocuparia apenas do material, do biológico e a filosofia, do imaterial. Acontece, contudo, que não é por um ato voluntarista que se elimina uma realidade que durante séculos preocupa a humanidade. Por isso, o fantasma de Descartes continua a assombrar os estudos modernos. O behaviorismo, longe de enterrar esse fantasma, é apenas uma das faces desse dualismo cartesiano. Na herança cartesiana, o psíquico, o *self*, pertence à filosofia mental. O *self* só poderia se tornar acessível através da introspecção. Mas isso, para os comportamentalistas, não era ciência. Essa é a natureza do dualismo cartesiano que herdamos na psicologia. Quando ela se tornou uma ciência do comportamento exterior apenas, ela não avançou para além do dualismo cartesiano.

Temos de reconhecer, contudo, que o predomínio dessa visão não foi absolutamente unânime. Para George Herbert Mead, por exemplo, a mente era um fenômeno puramente natural. Já para Watson, ela era apenas um fenômeno sobrenatural. Jovchelovitch (2007) discute com clareza as consequências desse dualismo cartesiano e mostra que tal dualismo não se sustenta diante de uma crítica bem fundamentada. Watson reduziu a racionalidade humana à racionalidade dos ratos. Mead comparou a psicologia de Watson à Rainha, em *Alice no País das Maravilhas* – sem cabeça, sem nada acima da espinha dorsal.

Minha experiência mostra que muitos estudantes, ao tomar contato com uma disciplina e suas diferentes teorias, onde sempre estão implícitos pressupostos metafísicos ou epistemológicos, não se dão conta de que, nas diferentes origens, ou tradições, dessa ciência, estão presentes pressupostos, ou “eixos”, bem distintos. Um desses eixos é o “materialismo cientificista” que estamos discutindo aqui. Para ele, não existe nada além da matéria, do biológico. Destutt de Tracy, por exemplo, ao discutir a ideologia, coloca-a no campo da zoologia. Por quê? Porque a zoologia trata dos animais; um desses animais é o ser humano; o ser humano possui cérebro; e as ideias são emanações desse cérebro. Ora, sendo a ideologia o estudo das ideias, e estando elas no cérebro, que é parte do homem, que é um animal como qualquer outro... logo a ideologia deve ser classificada no campo da zoologia. Se nosso pressuposto é o materialismo cientificista, e não existe nada além do material e físico, vamos, conseqüentemente, tirar as conclusões lógicas disso. Na Alemanha, na época de Wundt, essa

era a discussão, entre as *Naturwissenschaften* e as *Geisteswissenschaften*. Para os primeiros, a “ciência” se fundamentava nesse pressuposto ontológico e epistemológico do materialismo. E como derivação disso, a metodologia era quantitativista, tentando medir essa matéria. Tudo o que não pudesse ser “apalpado”, medido, pesado, não tinha valor e não existia. O social, para eles, tinha o estatuto ontológico de “coisa”. Por insistência de uma mentalidade positivista, as ciências sociais tinham de tomar como modelo as ciências naturais. Daí a importância do laboratório. Uma pergunta que ainda poderia ser feita: até que ponto esse pressuposto não está ainda presente na “mente” de muitos de nossos “cientistas”?

Há outro pressuposto, contudo, tão ou mais importante que o pressuposto materialista da modernidade, que penetrou e ainda está fortemente presente na psicologia e, evidentemente, na Psicologia Social: é o pressuposto do individualismo. Essa dimensão nós a devemos buscar em Descartes. Interessante notar que na famosa afirmação de Descartes *cogito, ergo sum* (penso – eu –, logo existo), a Psicologia não foi buscar apenas o “racional”, a racionalidade instrumental implícita do termo “*cogito*”, mas igualmente o fato de ela ser formulada tendo como sujeito a primeira pessoa do singular: penso, isto é, eu penso. E essa foi a segunda marca presente na Psicologia Social, quase que um paradoxo: como o social poderia se reduzir ao indivíduo?

O individualismo, com suas raízes no humanismo renascentista, era a ideologia dominante dentro da cultura ocidental, principalmente dos EE.UU. Diversos pensadores do final do séc. XIX e início do séc. XX tinham-se defrontado com a questão do social, que eles denominaram, contudo, de “coletivo”. O próprio Wundt, como vimos, chegou a escrever dez volumes sobre o que ele chamou de Psicologia Social. Foi, contudo, solenemente ignorado. Mas foi o individualismo cartesiano que venceu a batalha, e tudo o que fosse coletivo, “social”, ou mesmo cultural, passou a ser considerado surpreendentemente como irracional. Isso está claro em *Le Bon*, para quem todo coletivo era perigoso e devia ser evitado. Conotações negativas dessa “cultura” podem ser entrevistas nas obras de Freud, para quem a “civilização” devia mais ser aturada do que aceita. Moscovici (1961, 1985) discute essa questão da psicologia das massas e mostra como os psicólogos sociais acadêmicos se distanciaram desse campo por acharem que esses estudos eram mais “populares” que científicos. Ele também aponta os perigos desse desinteresse. Ernest Gellner, um filósofo que discute a poderosa influência do individualismo cartesiano nas ciências, faz um forte comentário ao mostrar como tudo o que fosse social, ou cultural, devia ser rejeitado. E qual a razão? “Deve ser rejeitado porque é uma cultura. Sua origem social e comum é sua mácula

fatal” (1992, p.18). Isso é o que Moscovici chama de “o escândalo do pensamento social” (GELLNER, 2002, p.167). Morton Prince, professor de psiquiatria de Harvard, convidou, em 1921, Floyd.H. Allport, jovem instrutor em Harvard, a colaborar como co-editor do *Journal of Abnormal and Social Psychology*. O título já nos dá uma indicação avaliativa do que se pensava do “social” e da “cultura” da parte de determinados segmentos acadêmicos: o social não andaria longe do anormal.

Esses são alguns dos pressupostos que estão presentes na história e nas origens da Psicologia Social. Quando ela migrou e lançou fortes raízes no resto do mundo, principalmente nos EE. UU. ela se transferiu com esses dois pressupostos bem nítidos do materialismo positivista e do individualismo cartesiano. E, pode-se até dizer que, em grande parte, eles influenciam ainda os dias de hoje.

3. A questão da ideologia e da ética: que tem a psicologia a dizer diante da questão dos “valores”?

Entre os muitos *temas atuais em psicologia social*, que é o que me solicitaram, vou aprofundar agora um terceiro ponto, que tem a ver com a questão dos "valores", e que se concretiza na discussão da questão da ideologia e da ética.

Como não é segredo para ninguém que uma vez já se aproximou do tema da ideologia, salta imediatamente aos olhos as inúmeras acepções do termo. Tenho certa predileção pelo conceito e por isso fui colecionando diferentes noções de diferentes autores: já tenho mais de cinquenta. Tentando "domar" esse conceito, costumo aproximar-me dele a partir de dois grandes eixos: o primeiro eixo se refere ao sentido positivo (neutro), de ideologia, onde o termo é tomado como determinada cosmovisão, conjunto de ideias, valores, etc.; e ao sentido negativo do conceito (ou pejorativo, como diz Thompson, 1990/2012), e vai-se entender ideologia como algo que ilude, mistifica, que tem algum intuito de dominar. Já no segundo eixo, distingo entre uma dimensão estática do termo, isto é, como algo materializado, concretizado em instituições, como os Aparelhos Ideológicos de Estado de Althusser (1998); e ideologia no sentido dinâmico, ou como uma *prática* social. Em consonância com as reflexões de Thompson (1990/2012), assumo ideologia, então, como *o uso de formas simbólicas que servem para criar, ou reproduzir, relações de dominação*. Ele carrega um sentido negativo e dinâmico. A importância da dimensão dinâmica é que nunca posso, de antemão, afirmar que algo seja ideológico, se não justificar, primeiro, que ele serve para

dominar, prejudicar outras pessoas. Outras duas razões para preferir essa definição é que a considero uma postura mais honesta, por um lado; e, por outro lado, que nesse sentido ideologia se identifica com *ética*, traz implícita uma dimensão valorativa. Entendo ética aqui como uma instância crítica do *dever ser* das relações humanas, à qual se chega através da ação comunicativa e do diálogo (GUARESCHI, 2012, cap.15).

O estudo da ideologia e da ética é, para mim, um tema *atual* em Psicologia Social, pois todos os fenômenos humanos carregam em si conotações valorativas. Esquecê-las, ou escamoteá-las, nunca poderá levar à compreensão mais profunda dos fenômenos. Considero importante, por isso, essa afirmação de Serge Moscovici (2003, p.154), onde ele diz explicitamente: "o objeto central e exclusivo da Psicologia Social deve ser o estudo de tudo o que se refira à ideologia e à comunicação, do ponto de vista de sua estrutura, sua gênese e sua função".

Se é verdade que o conceito tenha uma longa história, e é verdade, poucos se dão conta de que ele vai assumindo dimensões e significados novos. Talvez não haja um conceito em Psicologia Social que tenha sobrevivido por tantos anos. Se formos analisar sua história, vamos descobrir que ele está presente na maioria absoluta dos psicólogos sociais, inclusive de sociólogos, partindo já de Marx, passando por todos os pensadores da Escola de Frankfurt, mesmo os atuais, como Habermas e Thompson, passando pelos autores franceses como Althusser, Barthes, Bourdieu; culturalistas como Raymond Williams, Stuart Hall; e mesmo autores assim chamados de pós-estruturalistas, como Foucault e outros. Isso sem falar do próprio Moscovici, um dos maiores nomes em Psicologia Social. A questão central continua sendo, como vimos acima, examinar o que cada um vai entender com ele. Isso é até mesmo questão de honestidade, principalmente para se poder estabelecer um diálogo profícuo e respeitoso.

Gostaria de aprofundar porque julgo que se poder afirmar que o termo é *atual*: é que ele vem, cada vez mais, sendo ligado à ética. Já vimos que é isso que Thompson faz. Mas há outro ponto, complexo, mas extremamente atual e urgente, que liga a Psicologia à comunicação e à ética: é a centralidade da comunicação na implementação da ética. De onde parte, por exemplo, Habermas para estabelecer o que se costuma chamar hoje de *ética do discurso*? Exatamente da comunicação.

Permitam-me aqui uma rápida reflexão. Os pressupostos a que Habermas chega ao discutir a centralidade da comunicação resumem-se nessa afirmação fundamental: podemos negar tudo, mas não podemos negar que ao falarmos *pressupomos* alguns requisitos

imprescindíveis, isto é, que podemos nos entender, que sou sincero no que digo, que não estou ofendendo os outros..., e se não aceitar alguns desses pressupostos, a *única* maneira que tenho de negar, argumentar, etc. é novamente *falando* e nesse falar, necessito dos requisitos acima enunciados. Em palavras um tanto provocativas, *fora da comunicação não há salvação*. Se negarmos isso, negamos a vida social, e as saídas serão então desaparecer desse mundo, refugiar-me em alguma caverna solitária, negar a possibilidade de vida em sociedade ... ou qualquer outra que o leitor desse texto pode escolher... e o pior é que ele nem vai poder nos contar qual será, pois para isso ele necessitará dessa maldita sina – para mim bem-vinda possibilidade – da *comunicação*.

Mas é o segundo passo dessa reflexão sobre comunicação que fundamenta uma ética do discurso, que é a argumentação. Já que as pessoas se entendem (e se não se entendem, a *única* maneira de superarem o impasse é se comunicando), elas passam a discutir, a *argumentar*. Pelo simples ato de argumentar estamos também reconhecendo que participamos da *comunidade ideal de comunicação e argumentação*. Nessa argumentação estão implicados pressupostos universais, como a *reciprocidade dialógica universal*, que pressupõe que todo sujeito é livre e autônomo, tem igualdade de direitos, é livre para se expressar no mundo da vida e para participar e se manifestar nos discursos, e que somos co-responsáveis. Nas palavras de Herrero (2000, p.173): "E se quem argumenta supõe necessariamente todos esses pressupostos universais, então já reconheceu o *princípio moral* implicado em sua argumentação, pois toda argumentação supõe a *reciprocidade dialógica universal*. Isso significa: na argumentação surge o *dever* recíproco de *fazer valer* exclusivamente argumentos e nenhuma outra instância alheia à argumentação, isto é, nada pode ser reivindicado como válido a não ser aquilo que possa ser fundamentado discursiva e responsabilmente pelos argumentos e, portanto, o *dever de resolver dialógica e argumentativamente todas as pretensões à validade da vida humana*, do qual resulta que todo conteúdo que se apresentar como digno de ser reconhecido como válido, terá que ser, em princípio, capaz de *consenso*. Isto é: no *a priori* da argumentação está o dever de justificar todas as pretensões da razão contidas no pensar, conhecer e agir humanos, também as pretensões implícitas de homens diante de homens contidas nas instituições".

Desculpem essa longa citação de Herrero, mas vê-se claro aí como, através da comunicação, podemos inferir uma ética, que passou a se chamar *ética do discurso*.

4. A psicologia e a questão da pesquisa: é a pesquisa também um “saber-conhecimento”?

Finalmente, um quarto ponto que para mim é um tema atual para todas as ciências humanas, mas de modo especial para a psicologia, é a eterna questão epistemológica e metodológica. A epistemologia nunca desaparecerá de nosso mundo de seres humanos que buscam compreendê-lo. Razão tem Habermas ao afirmar que se for instituído um tribunal internacional para julgar a questão mais importante que aflige os estudiosos de hoje, o tema a ser julgado seria a epistemologia, isto é, como é que nós conhecemos. Como provocação gostaria de trazer aqui uma contribuição que bebe ainda de Paulo Freire, um pensador que sempre esteve presente na caminhada de uma psicologia social brasileira, tanto na psicologia social crítica, como na psicologia social comunitária. Freire é conhecido pela revolução que estabeleceu na pedagogia, com seus “círculos culturais”, em que tentava mostrar que todos construímos cultura e que não há cultura, ou saberes, melhores ou piores. Não há um que saiba mais, ou menos; há saberes diferentes. Esses são pressupostos extremamente caros que inspiraram pesquisas e intervenções dentro de uma psicologia social que procure resgatar o saber popular. É dentro dessa linha de pensamento que se fala hoje nos “círculos epistemológicos” (ROMÃO, 2006), que partem do pressuposto de que “todos pesquisamos juntos”, o pesquisador e o pesquisado, e que a busca de compreensão dos fenômenos pode ser feita de maneira talvez mais completa e melhor quando todos podem contribuir nessa tarefa. Nesse sentido, os problemas são discutidos por todos, e todos os participantes do círculo ajudam na coleta das informações e na sua interpretação. Fica em segundo plano a importância soberana de um pesquisador que tudo sabe e que detém os instrumentos e as técnicas metodológicas seguras e infalíveis da pesquisa.

Na história das “ciências” sempre se deu importância ao método. A tal ponto que a assim chamada “ciência” se definia e se legitimava a partir de seu método que se chamava de “científico”. Ora, que sobrou do método científico? Quem hoje, a partir da teoria da relatividade e das contribuições trazidas pela física quântica, acredita ainda que existam leis naturais, regularidades presentes na natureza, que o mundo é um relógio? E que “ciência” se resumiria em descobrir tais leis? E nas ciências humanas, quem ainda acredita que existam leis fixas que governam a sociedade e os grupos humanos, como queriam Durkheim e seus sociólogos? E agora o nosso ponto: quantos ainda podem continuar tranquilos apoiados no pressuposto de que o ser humano (seu comportamento) se guia por regularidades e constantes, sejam elas neurológicas, genéticas, sociais ou mesmo psíquicas?

Concluindo: esses são apenas alguns temas que julgo atuais nos dias de hoje para a psicologia. Evidentemente, todo ponto de vista é visto de um ponto. Tentei justificar as razões da atualidade de tais problemas. Mas não reivindico que sejam apenas esses, nem que sejam os mais importantes. A experiência como educador e pesquisador leva-me a identificar essas problemáticas como dignas de maior atenção e cuidado. Essa é a principal razão de trazê-las aqui à reflexão dos colegas.

Referências

- ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- FARR, R. *As Raízes da Psicologia Social Moderna*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- GELLNER, E. *Reason and Culture: the historical role of rationality and rationalism*. Oxford and Cambridge MA: Balckwell, 1992.
- GUARESCHI, P. *Psicologia Social Crítica - como prática de libertação*. Porto Alegre: Edicpurs, 5a ed. , 2012.
- GUARESCHI, P. Psicologia Social e Representações Sociais: avanços e novas articulações In: VERONESE, M.; GUARESCHI, P. *Psicologia do Cotidiano – Representações Sociais em ação*. Petrópolis: Vozes, 2007, p.17-40.
- HERRERO, J. Ética do Discurso. In: OLIVEIRA, Manfredo Araújo de (org.). *Correntes fundamentais da ética contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 163-194.
- JOVCHELOVITCH, S. *Knowledge in Context - representation, community and culture*. Londres: Routledge, 2007.
- MARX, K. e Engels, E. *A Ideologia Alemã*. S.Paulo: Martins Fontes, 1989.
- MOSCOVICI, S. *The Age of the Crowd: a historical treatise on mass psychology*. New York: Cambridge University Press, 1985.
- _____. *La Psycanalyse, son image et son public*. Paris: PUF. 1961/1976.
- _____. *Representações Sociais - Investigações em Psicologia Social*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- ROMAO, J. E.; et al. Círculo Epistemológico: círculo de cultura como metodologia de investigação. *Educação & Linguagem* ^{JCR}, v. 13, p. 173-195, 2006.
- THOMPSON, J. B. *Ideologia e Cultura Moderna - teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 9a ed., 1990/2012.

Sobre o autor:

Pedrinho A. Guareschi, possui graduação em Filosofia pela Faculdade de Filosofia Imaculada Conceição (1969), graduação em Teologia pelo Instituto Redentorista de Estudos Superiores de SP (1964), Pós Graduação em Sociologia pela PUCRS (1965), graduação em Letras pela Universidade de Passo Fundo (1968), mestrado em Psicologia Social - Marquette University Milwaudee (1973), doutorado em Psicologia Social - University Of Wisconsin At Madison (1980), pós-doutorado no departamento de Ciências Sociais na Universidade de Wisconsin (1991) e pós-doutorado no departamento de Ciências Socias na Universidade de Cambridge (2002). Atualmente é professor convidado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Conferencista Internacional.